

INGLÊS NA CIÊNCIA GLOBAL: PODER, DESIGUALDADES E O DESAFIO DA PLURALIDADE EPISTÊMICA.

Márcia Barroso

*Professor do Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da
Unigranrio|Afy*

marcia.barroso@unigranrio.edu.br

Júlia Welbert de Miranda Santos

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da
Unigranrio|Afy*

juliawelbert2024@gmail.com

Resumo

O presente trabalho investiga a instrumentalização da língua inglesa na ciência, analisando sua dupla função como ferramenta de empoderamento científico e, simultaneamente, como vetor de desigualdade epistêmica e reprodução de hierarquias de poder. Argumenta-se que o domínio do inglês, embora crucial para a inserção em redes globais de conhecimento, reflete e perpetua assimetrias históricas entre as epistemologias do Norte e do Sul. A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica que mobiliza um arcabouço teórico crítico, articulando o conceito de Amefricanidade de Lélia Gonzales, as noções de capital cultural e simbólico de Pierre Bourdieu, as Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos e os Saberes Localizados de Donna Haraway. Tais referenciais evidenciam a ciência como uma prática social e política. Conclui-se que a compreensão crítica da centralidade do inglês, para além de sua função meramente instrumental, é fundamental para a construção de uma ciência mais plural, equitativa e inclusiva, capaz de valorizar a diversidade epistemológica.

Palavras-chave : Inglês, Epistemologia, Decolonialidade.

Abstract

This study investigates the instrumentalization of the English language in science, analyzing its dual function as a tool for scientific empowerment and, simultaneously, as a vector of epistemic inequality and the reproduction of power hierarchies. It is argued that the mastery of English, although crucial for inclusion in global knowledge networks, reflects and perpetuates historical asymmetries between the epistemologies of the North and the South. The methodology employed consists of a bibliographic review that mobilizes a critical theoretical framework, articulating Lélia Gonzales' concept of Amefricanity, Pierre Bourdieu's notions of cultural and symbolic capital, Boaventura de Sousa Santos' Epistemologies of the South, and Donna Haraway's Situated Knowledges. These references highlight science as a social and political practice. It is concluded that the critical understanding of the centrality of English, beyond its merely instrumental function, is fundamental for the construction of a more plural, equitable, and inclusive science, capable of valuing epistemological diversity.

Keywords: English, Epistemology, Decoloniality.

Introdução

A história imperial do Ocidente ditou as regras por meio de suas narrativas de conquistas e imperialismo ao longo dos últimos séculos. Desta forma, a geopolítica europeia foi direcionada por indivíduos cujas línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos foram estabelecidos como padrões normativos. Diante disto, os aspectos eurocêntricos estabeleceram categorizações civilizatórias e raciais, a partir de seus olhares e culturas difundidas por seus discursos.

Perpetuando assim, a dominação através da superioridade eurocêntrica, estabelecendo os aspectos ontológicos, a partir de processos exploratórios, de desumanização e de invisibilidade cultural dos povos originários. Tais aspectos influenciaram e em certa medida, ainda influenciam a formação histórico-cultural do

Brasil, especialmente quanto a sua geografia e seus aspectos identitários. Bem como, coopera para a reprodução da narrativa imperialista dos Estados Unidos, em que estes se denominam americanos, sem considerar os países da América do Sul, Central, Insular e do Norte.

No intuito de buscar uma consciência mais crítica a partir das análises epistemológicas e dos fundamentos históricos, trazemos à baila o pensamento de Lélia Gonzales, quanto ao reposicionamento de uma nova geografia de pensamento que desmistifica o Brasil de raízes exclusivamente europeias, evidenciando o conceito de Amefricanidade. Bem como, as convergências entre as Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos e os Saberes localizados de Donna Haraway no enfoque do inglês como língua dominante, pois, ao mesmo tempo em que garante acesso a oportunidades acadêmicas e profissionais, também reforça assimetrias históricas entre o Norte e o Sul globais.

O diálogo entre essas teorias permite-nos formular questões cruciais para o nosso tempo: De que maneira as línguas e os sujeitos foram historicamente hierarquizados e racializados, e como essas hierarquias se perpetuam? Como podemos fomentar interações genuínas com outros saberes e com indivíduos que não operam sob a lógica hegemônica do capital e da colonialidade? Este trabalho, portanto, propõe-se a investigar de que forma a instrumentalização crítica do inglês, enquanto capital cultural e simbólico, pode contribuir para processos de empoderamento científico e social.

Analisar a centralidade do inglês sob essa ótica significa tensionar a objetividade universalista atribuída à ciência e, simultaneamente, abrir espaço para a emergência de vozes e epistemologias historicamente marginalizadas. A questão fundamental não reside na negação simplista da importância do inglês como ferramenta pragmática de comunicação global, mas sim na necessidade premente de problematizar seu papel histórico e político, buscando formas de apropriação estratégica que não impliquem na submissão cultural. É necessário questionar: a quem serve a universalidade do inglês e quais saberes são sacrificados nessa padronização linguística?

A resposta a essas perguntas exige um olhar atento às nuances do poder que permeiam cada escolha lexical e cada estrutura gramatical imposta como norma. Atualmente, o inglês simboliza essa dualidade: por um lado, representa a possibilidade de inserção em redes globais de produção e difusão de conhecimento; por outro, impõe o desafio de romper com padrões hegemônicos que invisibilizam saberes locais e reforçam a dependência intelectual. Ao examinar essa ambivalência, busca-se evidenciar como a apropriação crítica do idioma pode, paradoxalmente, servir como instrumento para denunciar desigualdades e, ao mesmo tempo, ampliar as perspectivas de inclusão.

A investigação aqui proposta alinha-se, em última análise, a um projeto político e pedagógico mais amplo de decolonização do conhecimento, das instituições e das relações sociais. Busca-se, por meio desta análise, traçar caminhos para a promoção da diversidade epistemológica e ontológica, onde a pluralidade de vozes não seja apenas tolerada, mas celebrada como a base fundamental de uma ciência com vistas à equidade. Trata-se de explorar o potencial emancipatório do inglês, transformando-o de uma ferramenta de dominação em um instrumento de resistência, diálogo intercultural e construção de uma ecologia de saberes mais plural em um mundo inexoravelmente globalizado

Fundamentação teórica

Por séculos, a matriz colonial, vista aqui como um sistema de categorização civilizatória e racial estabelecido na modernidade, foi normalizada, sendo intrínseca aos elementos culturais. Assim, esse sistema atuou em diferentes esferas, primeiramente a ontológica e existencial, através da desumanização dos povos indígenas, negros e asiáticos. Nos processos de escravização, com indagações do que é ser humano, incutindo percepções dos colonizadores, especialmente com os discursos religiosos dos Jesuítas sobre quem teria alma? Promovendo assim, a objetificação de povos,

especialmente os negros, afinal era necessário desumanizá-los para escravizá-los.

A esfera epistêmica, através do destaque à racionalidade europeia e ao eurocentrismo que regeu o conhecimento tendo como referencial a classificação evolucionista positivista na produção acadêmica ocidental. A colonialidade global dos Estados Unidos que denomina seus habitantes como americanos, como se apenas eles o fossem, inclusive também sendo ratificada nos discursos de seu imperialismo mundial. Há ainda a esfera cosmológica, ao negar as raízes ancestrais, espirituais dos modos de vida da diáspora dos povos africanos.

Esta matriz perpassa as circunstâncias de colonialidade e é evidenciada nas atitudes que estabelecem as diferenças de raça, classe, gênero, bem como de participação da vida em suas diferentes esferas. Reforçando muitas vezes, os estereótipos e ainda determinando as percepções de diversidades e outras formas de ser e existir. Neste sentido, a história tem mostrado que a educação não opera de forma linear, não visa igualar ou equiparar estratos sociais ou grupos sociais, mas, frequentemente, reforça os processos de formação de matriz colonial.

Neste aspecto, a compreensão de mundo se relaciona diretamente às especificidades de cada cultura, refletindo suas relações contraditórias e conflituosas. Ao desafiar o saber e o conhecimento exclusivos, estamos destacando e fortalecendo outras formas de conhecimento e, conseqüentemente, de ser, pensar e sentir. Isso, por sua vez, desmonta o conhecimento validado e dominante em diversos níveis, não apenas no epistêmico, mas também em suas ramificações em outras áreas da vida e conseqüentemente na formação das identidades.

Identidade não é um conceito fácil de definir. Devido à sua complexidade, buscamos apoio em Stuart Hall (1997), que apresenta o conceito de identidade como não estático e essencialista, mas uma criação social e histórica, portanto, dinâmica e sempre em mudança. Segundo o autor, a identidade se transforma em uma "celebração móvel": continuamente formada e modificada em relação às maneiras como somos representados ou abordados nos sistemas culturais ao nosso redor. É definida historicamente e não biologicamente, corroborando para formação de múltiplas identidades que já não são mais fixas e estáveis como nos séculos passados.

Entretanto, a percepção histórico-cultural, a geopolítica imperou por meio do estado do conhecimento, em que foi estabelecida e conduzida pela história imperial do Ocidente nos últimos cinco séculos. Desta forma, a geopolítica e a política de Estado foram fundamentadas e direcionadas estabelecendo indivíduos, subjetividades, línguas, religiões, aspectos sociais e políticos, entre outros. Esta representação espacial e territorial do poder foi e em certa medida, ainda é espacializada e territorial. Sendo assim, buscamos evidenciar a dimensão territorial, desmistificando a concepção da geografia tradicional acerca de território que era definido como espaço físico. Para então, seu reposicionamento em uma nova geografia de pensamento Pré-colonial, a partir das considerações de Lélia Gonzales (1988).

Gonzales (1988) traz à tona a concepção de mundo não reduzido ao território cristão, à determinada Europa. Aponta assim, para a recriação da dualidade do mundo sob a luz de Deus e outro que não está em concomitância com um sistema financeiro que precisa de sua forma ideológica para se sustentar. Nesta perspectiva, a categoria de amefricanidade é uma forma de desafiar a narrativa hegemônica que tem dominado a constituição cultural do Brasil. Este conceito é uma combinação das influências culturais da América e da África, que busca reconhecer a importância da diáspora negra e das culturas indígenas na formação das identidades brasileira. Assim, remete Amefricanidade às semelhanças com as cruzadas diaspóricas no contexto de população negra também do Caribe, da América Latina do Norte e da África.

Deste modo, as identidades nacionais não podem ser vistas apenas sob a ótica eurocêntrica, mas deve incluir a rica herança cultural africana e indígena, que foi suprimida por processos de branqueamento e a falácia da democracia racial. Esta visão propõe um resgate das histórias de resistência e luta dos povos colonizados, enfatizando que a cultura negra é central para a matriz cultural do Brasil. Ao aderir a nomeação de

América Latina, Lélia (1988) reconhece que a América Latina “é muito mais ameríndia e ameírica do que outra coisa” (p.130). Deste modo, evidencia as histórias dos povos indígenas a partir do processo descrito como racismo por denegação, ou seja, um racismo da omissão, da assimilação, da miscigenação e do mito da democracia racial. A partir dessa concepção, Gonzalez esclarece como a ideologia do branqueamento operaria:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura. (GONZALEZ, 2020, p.131).

Sendo assim, não há como negar o passado e sua indissociável relação com a África e de sua produção cultural. A valorização da diáspora Africana perpassa narrativas europeias e remete a luta pelo pertencimento, o combate à neurose cultural que busca oprimir aqueles que do ponto de vista étnico são testemunhas da Ladino Ameíricanidade denegada. Portanto, através destes territórios e conscientes das heranças africanas, pode-se abrir espaço para novas interpretações sobre os indivíduos, idiomas e culturas. Neste contexto, este artigo questiona o conhecimento linguístico proveniente de uma única episteme, despreendendo as amarras da linguagem racista e propondo o entendimento e interpretação das nossas realidades.

Neste sentido, evidencia-se o inglês sob a concepção de língua universal, aquela que é reconhecida por empoderar os cidadãos que a dominam e fazem usos conforme os contextos. A partir da finalidade de ser um idioma de comunicação mundial, a língua inglesa é legitimada como Língua Franca (ILF) e recentemente incluída de forma obrigatória nos currículos brasileiros através da Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018) que enfatiza a importância de reconhecer as variações linguísticas, incluindo as diferenças fonológicas, lexicais e sintáticas. O documento orienta que as escolas desenvolvam propostas pedagógicas que considerem as singularidades culturais dos alunos, reconhecendo a diversidade étnica e linguística do Brasil. Isso é crucial para a compreensão de língua como dinâmica e influenciada por fatores históricos e culturais.

Nesse mesmo campo de reflexão, Boaventura de Sousa Santos (2010), *Epistemologias do Sul*, questiona a hegemonia do pensamento eurocêntrico na ciência moderna. O autor denuncia o caráter excludente de uma epistemologia que, ao longo dos séculos, marginalizou saberes locais e descontextualizou práticas sociais e culturais. Para o autor a produção do conhecimento científico deve ser plural e diversa, levando em consideração diferentes perspectivas e saberes locais. Sendo assim, a imposição de uma dada língua é um exemplo de dominação cultural e epistêmica por parte das potências coloniais. De fato, não há como negar o inglês ser considerado a língua da ciência por muitos dos avanços científicos e tecnológicos que ocorreram em países de língua inglesa, como os Estados Unidos e o Reino Unido.

Segundo Santos, a predominância de um conhecimento em detrimento de outros, gera uma hierarquia de conhecimentos, privilegiando as perspectivas e epistemologias do Norte global em detrimento das do Sul global. Isso resulta em uma marginalização dos saberes locais e uma homogeneização do conhecimento científico, limitando a diversidade de abordagens e perspectivas. Sendo assim, essa imposição linguística reforça as desigualdades existentes no campo científico, tornando mais difícil

para os pesquisadores do Sul global terem acesso aos recursos e espaços de produção de conhecimento.

Além disso, no caso da predominância do inglês há também restrições quanto à capacidade de comunicação e difusão dos saberes produzidos em outras línguas, reforçando assim a assimetria de poder entre as diferentes regiões do mundo. Portanto, a imposição do inglês como língua da ciência é um exemplo claro de como a dominação cultural e epistêmica perpetua relações de poder desiguais entre o Norte e o Sul global, limitando a diversidade e a pluralidade no campo científico. Deste modo, há de se considerar a necessidade de valorizar e respeitar os saberes locais e promover uma maior inclusão e diálogo entre as diferentes perspectivas epistemológicas.

Complementarmente, Donna Haraway (1995) propõe a noção de saberes localizados, ressaltando que a ciência não é neutra nem universal, mas marcada por relações de poder, gênero e contexto histórico. Sua crítica ao mito da objetividade científica defende a importância do reconhecimento de vozes e experiências marginalizadas. Nesse sentido, Haraway sugere uma abertura para outras formas de conhecimento e a valorização de múltiplas línguas e perspectivas. Haja vista, a linguagem e a escrita científica serem influenciadas por ideologias patriarcais e colonialistas, resultando em uma objetividade aparentemente neutra que exclui perspectivas não dominantes.

Sendo então, uma construção elaborada por homens brancos na história ocidental. Ela propõe a perspectiva do saber localizado responsável pela construção social de todas as formas de construção de conhecimento, assim visto como fruto de relações sociais de poder. Deste modo, auxilia no questionamento e na revisão dos conhecimentos científicos que desafia as noções tradicionais de objetividade científica, argumentando que a ciência é sempre uma construção social e política. Nesta perspectiva, a escolha de uma língua na ciência é um aspecto dessa construção e pode perpetuar desigualdades e hierarquias de poder.

Outro aspecto destacado por Haraway (1995) é a corrente do empiricismo feminista na qual permanece uma adesão a uma lei de legitimidade objetiva da ciência, ao mesmo tempo que busca projetos de ciência mais plurais, especialmente quanto ao gênero, tipificados nos corpos que produzem conhecimento. Assim, evidenciando o ponto de vista particular feminino na ciência com críticas à tradicional masculinidade que teria como centro o método lógico de interpretação de contextos predominantemente masculinos e lugares restritos à submissão feminina. Ciência vista como atividade que reverbera estrutura socialmente estabelecida de gênero e contrária às experiências de opressão de classe, gênero, etária, entre outras.

Nesta perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) rompe com a ideia do inglês como língua estrangeira e o apresenta como língua franca, usada por falantes de diferentes origens e culturas. Essa normativa converge com a legitimidade da língua enquanto instrumento de comunicação e de circulação global do saber científico. Diante da importância do Inglês como ferramenta de comunicação que perpassa aos aspectos hegemônicos da cultura e língua de origem norte-americana, tencionando a percepção a percepção do Inglês perfeito de padrão nativo. Promovendo assim, a superação de padrão idealizado através da própria BNCC (2018), na qual o inglês passa a ser visto como língua franca, como tal facilitador de liberdades individuais, especialmente, quanto à inclusão do falante no mundo contemporâneo.

À luz desses referenciais, esta pesquisa articula tais contribuições para compreender como o inglês na produção e disseminação científica não se limita a um recurso instrumental, mas reflete disputas de poder e hierarquizações epistêmicas. Contudo, há de se reconhecer as influências culturais também oriundas dos territórios que impulsionam tendências, reproduções de estereótipos e padrões sociais. A investigação, portanto, busca examinar criticamente a língua inglesa como capital cultural e simbólico, revelando suas ambivalências entre dominação e emancipação no campo científico global.

Desenvolvimento do tema

A língua não é apenas um meio de comunicação; ela é um instrumento de poder. Aqueles que dominam a língua têm a capacidade de definir realidades e categorizar indivíduos. Cada língua carrega consigo valores culturais e ideológicos que podem perpetuar preconceitos e discriminações. A análise sobre o conhecimento científico e suas implicações para a sociedade está ancorada em diferentes correntes teóricas e epistemológicas que abordam as relações de poder, bem como a produção deste conhecimento com dimensões plurais e diversas.

Bourdieu (1989) herdeiro da tradição francesa de pensamento da sociologia Contemporânea, argumenta que a ciência é uma prática social e histórica, fortemente influenciada por fatores culturais e políticos. Ele analisa o fenômeno da violência simbólica que correlaciona diferentes elementos de inúmeras violências, assim enfatiza a importância de considerar a existência de diferentes capitais, assim configurados como simbólicos. Segundo o autor, há diferentes capitais que são configurados para além dos valores econômicos, sendo então entendidos como simbólicos e podem ser herdados ou adquiridos.

O poder simbólico, compreendido como um poder que opera na construção da realidade, através do qual se detém os meios e fins para afirmar os sentidos, seja nas hierarquias, nos valores e padrões ideológicos representados e impostos aparentemente como naturais. Desta forma, esse capital cultural e social demarca classe, estereótipos sociais, sendo transmitidos e perpetuados no cotidiano. Bourdieu enfatiza a importância de uma qualidade linguística igualitária e a valorização das línguas locais como formas legítimas de conhecimento.

Deste modo, o conceito de "capital simbólico", argumenta que o domínio de certos recursos simbólicos, como a língua, é uma forma de acumular poder e capital cultural. Neste raciocínio, a língua portuguesa no Brasil foi significativamente moldada por influências africanas, especialmente devido ao contato entre os africanos escravizados e a população local. Entre os séculos XVI e XIX, mais de quatro milhões de africanos foram trazidos ao Brasil, precisando negociar a maneira de falar português para sobreviver e imprimir seu código, assim contribuindo para a formação de uma linguagem popular que reflete essa mistura cultural.

As estruturas linguísticas das línguas africanas, como as do tronco banto e das línguas sudanesas, modificaram a maneira de falar o português. Tais influências vão além do repertório vocabular, influenciaram a morfologia e a sintaxe do português brasileiro, resultando em simplificações que caracterizam o idioma até hoje. Neste sentido, Lélia Gonzalés apresenta o Pretuguês, como o idioma marcado, por exemplo, pela troca do l pelo r, como na palavra probrema, framengo, pronúncias que levam pessoas que falam assim a serem ridicularizadas. Deste modo, as marcações do português são consideradas como afrobrasileiras e muitas vezes têm como consequência o preconceito e até mesmo a exclusão linguística. Os sujeitos que tratam os outros como ignorantes, na realidade ignoram a representação da:

marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1984, p.238).

Sendo assim, Lélia Gonzalez expressa as tensões no Brasil, na América Latina a partir de relações com a África em seus processos de escravização. Assim, evidencia a interpretação do português falado no Brasil a partir das características da africanização da língua, isto é, o pretuguês. Gonzalez (1988) em defesa do pretuguês, trouxe à tona as percepções perpetuadas sobre o homem negro não saber falar, seus lugares postos de limitações e sua expressão escrita como menor e inferior. Para a autora, essa é mais uma manobra de, através da língua, silenciar as epistemologias e o conhecimento ancestral que provoca a tomada de poder e a ocupação de espaços. Nesta perspectiva, Gonzales chamava a atenção para as influências e principalmente para a valorização

da diáspora africana que demorou séculos a ser considerada nas normativas educacionais.

Contudo, a mais recente Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018) enfatiza a importância de reconhecer as variações linguísticas, incluindo as diferenças fonológicas, lexicais e sintáticas. O documento orienta que as escolas desenvolvam propostas pedagógicas que considerem as singularidades culturais dos alunos, reconhecendo a diversidade étnica e linguística do Brasil. Isso é crucial para a compreensão de língua como dinâmica e influenciada por fatores históricos e culturais.

Sendo assim, a categoria da amefricanidade é vista como uma ferramenta para tensionar as narrativas hegemônicas que dominam a constituição cultural do Brasil. Ao fazer isso, Lélia Gonzales destaca como os processos de assimilação cultural tentaram homogeneizar as identidades, suprimindo as vozes e experiências dos negros e indígena. Essa crítica é essencial para entender como as identidades brasileira foram historicamente construídas e como podem ser reimaginadas em um contexto contemporâneo.

Este artigo destaca a importância da língua como ferramenta de poder, pois as repercussões da linguagem estão profundamente arraigadas em relações sociais complexas que moldam nossas identidades e interações. Portanto, refletimos sobre o conceito de língua universal, aquela que é reconhecida por empoderar o denominado "cidadão do mundo", com a finalidade de ser um idioma de comunicação mundial, neste caso, o inglês, recentemente reconhecido como Língua Franca (ILF) e incluído nos currículos do Brasil. Sendo uma Língua Franca é visto como um meio de comunicação que ultrapassa barreiras culturais e linguísticas, possibilitando a comunicação entre falantes de diversas origens sem a exigência de um padrão nativo visto como único.

Esta visão busca a democratização do uso do inglês, enfatizando a compreensão e a inteligibilidade entre falantes não nativos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) valoriza essa metodologia, incentivando um ensino que valoriza a comunicação prática e intercultural, ao invés de enfatizar a exatidão gramatical ou a imitação de falantes nativos. Neste sentido, o inglês, como língua dominante, inclusive quanto ao saber científico, confere um capital simbólico e econômico aos que o dominam, enquanto outras línguas e culturas são marginalizadas e desvalorizadas. A presente discussão sublinha a imperatividade de um processo de decolonização que abranja o pensamento, as estruturas institucionais e as interações sociais, incluindo o ensino-aprendizagem da Língua Inglesa.

Tal abordagem visa a contestar narrativas hegemônicas e a fomentar a diversidade epistemológica e ontológica. Constitui-se, portanto, como uma perspectiva crítica que busca desmantelar e questionar as configurações de poder e conhecimento estabelecidas durante o período colonial e que persistem na contemporaneidade da globalização. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), no contexto das discussões decoloniais, propõe uma abordagem inclusiva e diversificada para o ensino de línguas, enfatizando a exposição dos estudantes a múltiplas realidades linguísticas e culturais.

Nesta concepção, a língua inglesa é desvinculada da noção tradicional de "língua estrangeira" associada a países hegemônicos e a modelos de falantes a serem imitados e não se restringe a uma única variante linguística. O documento reconhece e valida a pluralidade de usos do inglês por falantes globais, cada qual com seu repertório linguístico e cultural particular. Tal perspectiva desafia a hegemonia de um inglês considerado "correto" — frequentemente o falado por norte-americanos ou britânicos — que historicamente foi privilegiado em detrimento de outras variantes igualmente legítimas.

Sob essa ótica, o inglês não se configura como um idioma homogêneo, mas sim como uma entidade plural, na qual os indivíduos moldam suas próprias versões da língua. Ao mesmo tempo, eles constroem e reconstróem suas identidades, pois, ao considerar o inglês de forma multilíngue, ele se revela como um espaço para uma multiplicidade de identidades, e não apenas uma considerada válida. Assim,

reconhecendo a crescente utilização do ELF e sua valorização da pluralidade de variedades do inglês, fundamentadas em identidades locais, o ensino de inglês não pode mais ser concebido como homogêneo ou pertencente exclusivamente a países ou culturas específicas.

Desse modo, a incorporação de diferentes variantes do inglês representa um caminho promissor para o ensino de inglês como segunda língua, reafirmando a importância da diversidade de recursos linguísticos no processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. Vale destacar que o Inglês na própria legislação educacional já foi visto como língua estrangeira (LDB, 1996), assim considerada como a língua do outro, do estrangeiro nativo com padrões específicos a serem seguidos, normalmente associados ao inglês britânico e americano. Entretanto, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018) traz ênfase a língua franca, vista como um bem cultural que pode ser incorporado de diferentes modos, por falantes multilíngues que expressem sua pluralidade cultural.

Essa concepção converge com a legitimidade da língua enquanto instrumento de comunicação e de circulação global do saber científico. A instrumentalização do inglês como língua de comunicação científica constitui um dos principais eixos de debate acerca do empoderamento acadêmico e profissional em um mundo globalizado. Assim, “Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento (...)” (BRASIL, 2018, p. 244).

Nesta perspectiva, Lélia Gonzales aponta para as influências e principalmente para a valorização da diáspora africana que demorou séculos a ser considerada nas normativas educacionais. Deste modo, questiona-se o conhecimento linguístico proveniente de uma única episteme, desprendendo as amarras de percepções ingênuas quanto à neutralidade das línguas e seus discursos, propondo o entendimento e interpretação das realidades situadas, em especial as práticas linguísticas nos espaços educativos. Os idiomas não podem ser visto de modo neutro ou despretensioso, e sim sob óticas das relações de poder que elegem uma dada língua e conferem poder, logo, capital cultural apenas aos que são fluentes nela.

Afinal, o oposto de sua apreensão efetiva também pode restringir e limitar o acesso aos saberes, perpetuando estereótipos sociais e ainda reproduzindo a assimetria de poder em diferentes áreas do mundo. A escolha de uma língua como ferramenta de comunicação não se dá de forma despretensiosa. Neste aspecto, a língua inglesa como instrumento para essa reconfiguração se baseia em sua ampla difusão global e influência na comunidade científica. O inglês é visto como uma linguagem de poder e dominação, mas também como uma ferramenta que permite a comunicação e colaboração entre diferentes culturas e perspectivas.

Deste modo, coopera também na/para produção científica com vistas a facilitar sua produção e divulgação devido sua abrangência e disseminação em muitos países ao redor do mundo. Seu domínio permite que as pessoas se conectem e se comuniquem com pessoas de diferentes culturas e nacionalidades, aumentando suas oportunidades de networking, colaboração e aprendizado. Bem como, a capacidade de se expressar fluentemente também pode aumentar a confiança e autoestima das pessoas, permitindo que elas se sintam mais capacitadas a se comunicar e a expressar suas ideias e opiniões em diferentes contextos e ambientes.

Considerações finais

Essas referências epistemológicas embasam a análise de que para fazer ciência, seja na produção de conhecimento ou em sua disseminação, se faz necessário transcender a influência monopolizadora do pensamento europeu, bem como a apreensão de dado capital cultural para sua instrumentalização. Neste aspecto, é por meio do domínio de uma dada língua, como ferramenta de comunicação e acesso às fontes de informação científica, que o conhecimento científico é construído e aplicado. Ao nos aprofundarmos nestas interlocuções, é possível ponderar sobre o quanto crianças, jovens e adultos do Brasil poderiam se sentir mais valorizados e até mesmo

acolhidos nas salas de aula, se em vez de serem vítimas de preconceito linguístico ou até mesmo excluídos por sua maneira de falar, fossem acolhidos. Se ao invés de desqualificados, tais explicações fossem contextualizadas e até mesmo apresentadas por meio da interdisciplinaridade em aulas de idiomas, história, geografia e tantas outras possibilidades.

A análise dessa dinâmica é desvelada por meio de perspectivas críticas, como o conceito de Amefricanidade revela dimensões de territorialidade e desestabiliza conhecimentos cristalizados em diferentes esferas sociais e curriculares. O conceito de amefricanidade surge como um sentimento de pertença e engajamento para reconsiderar as práticas pedagógicas. Revelando dimensões de territorialidade, questionando visões eurocêntricas, a fim de tensionar os conhecimentos cristalizados perpetuados como heranças identitárias. Assim como, Boaventura de Sousa Santos (2010) que defende, em suas Epistemologias do Sul, a necessidade de pluralizar os modos de produção do conhecimento e Donna Haraway (1995) que propõe a noção de saberes localizados, enfatizando que a ciência não é neutra nem universal, mas cerceada por relações de poder, gênero e contexto histórico.

Haja vista, a legitimação do inglês como Língua Franca (BNCC, 2018), assim uma ferramenta essencial de comunicação e acesso às fontes de informação. Essa centralidade confere ao inglês uma dupla função: enquanto possibilita o empoderamento e a capacitação de indivíduos ao fornecer acesso a recursos e oportunidades, simultaneamente, reforça hierarquias e pode gerar exclusão social. Portanto, a compreensão da instrumentalização do inglês a partir dessas bases epistemológicas exige o reconhecimento de suas contradições e potencialidades. O domínio do Inglês como Língua Franca deve ser ressignificado e apropriado criticamente, não apenas como um meio de comunicação que transcende barreiras culturais, mas como um vetor para ampliar vozes, democratizar acessos e romper com hierarquias de poder historicamente consolidadas nos saberes epistemológicos.

Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base. Acesso em: 24 nov. 2025.
- BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.
- BRITISH COUNCIL. **Seis aspectos para a revisão da 3ª versão da BNCC**. Componente Língua Inglesa. British Council, nov. 2017. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/leitura_critica_bncc_v7_final_0.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: 20 out. 2025.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flávia Rios; Márcia Lima (orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALL, S. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Capítulo 1: A identidade em questão.
- HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM
SOCIAIS E HUMANIDADES

privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/intuitio/article/view/35521/19735>. Acesso
em: 30 maio. 2025.
SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do
Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.